



**KUWUKA JDA – JUVENTUDE DESENVOLVIMENTO  
E ADVOCACIA AMBIENTAL**

**RELATÓRIO NARRATIVO ANUAL**

**ANO 2015**

## **PREFÁCIO**

O ano 2015, foi de dinâmico e de início de uma nova era, pois a KUWUKA JDA iniciou a discussão do Plano Estratégico 2016-2020, numa caminhada que acompanha e orientada para responder aos desafios e às mudanças do mundo em que operamos, numa altura em as transformações e mudanças em curso ao nível global, regional e nacional, impõe uma dinâmica que requer uma sociedade civil preparada para responder a demanda para uma participação pública efectiva no debate que possa influenciar boa governação, transparência, prestação de contas e a participação de cidadãos informados nos processos de tomada de decisão, com o fim único de edificação de uma sociedade justa, particularmente em África, um continente rico em recursos naturais, mas enfrentando desafios de transições política e económica, boa governação e com escândalos de corrupção e fuga ilícita de capitais resultantes da extracção dos recursos extractivo por corporações desonestas, aliados a esquemas e conivência de algumas elites políticas, num modelo neo-colonialista.

Apesar do crescimento económico acentuada na ordem dos 6-8% na última década, Moçambique, vive desde 2012, uma instabilidade política-militar, cujo resultado foi a desaceleração da economia, com impacto directo sobre a economia nacional e desenvolvimento, que agrava-se com as práticas pouco transparentes que caracterizaram o regime nos últimos anos, com destaque para as dívidas ocultas e ilegais, com impacto negativo e devastadoras na economia nacional e na vida do cidadão comum. Isto resulta da governação com políticas e práticas equivocadas, que ditaram a aceleração da inflação, indevidamente insustentável ligado a dívidas externas ilegais e secretas ora transformadas em dívidas soberanas, e o corte da ajuda externa ao orçamento do Estado.

O boom do sector extractivo em Moçambique com as anunciadas descobertas de grandes reservas de minerais e gás natural, trouxeram expectativas, que se suspeita que tenham concorrido para decisões precipitadas na gestão da economia, incluindo a corrida para contrair dívidas externas, agravadas pelo facto de entre elas existirem as ocultas e ilegais.

Os processos de licenciamento das corporações, sobre tudo no que diz respeito as consultas públicas, tem sido um desafio e os processos tem sido conduzidos enfermos de irregularidades á mistura, resultando em violações de direitos das comunidades locais afectadas, com impactos negativos sobre os meios de vida; devido a perda ao acesso a terra e recursos naturais, poluição ambiental, reassentamentos mal conduzidos, e em certos casos resultando em manifestações das comunidades locais, que tem sido respondidas de forma violenta pelas forças de segurança e tranquilidade pública, a exemplo de Cateme; o que resulta em percepções negativas quanto aos investimentos no sector extractivo e não só.

O ciclo de baixa de preços internacionais das “commodities”, ou seja da matéria prima resultante da industria extractiva, tem contribuido para a difícil gestão de expectativas criadas à volta dos investimentos no sector extractivo, devido à redução do volume de receitas arrecadadas dos impostos do sector extractivo. Adicionalmente, o ciclo de baixa de preços de commodities, levou a incertezas e consequentemente à redução de investimento directo estrangeiro no sector.

O outro desafio prende-se com as receitas para as comunidades locais afectadas pela industria extractiva, no contexto da partilha de benefícios, concretamente os 2.75% das receitas advindas dos impostos sobre a produção de recursos extractivos que devem reverter a favor das comunidades locais, definidos pela Lei Orçamental, desde 2013. Primeiro porque as receitas reduziram; segundo porque o mecanismo de tomada de decisão para sua utilização não está ainda claro; as comunidades locais não tem conhecimento sobre as receitas a que tem direito, e não participam nos processos de tomada de decisão; assim os iniciativas financiadas não tem sido concordados com as comunidades, embora a orientação é de que a aplicação das receitas deve ser priorizada pelas comunidades locais afectadas.

Estes desafios impõe que a sociedade esteja cada vez mais informada para por um lado participar nos processos de tomada de decisão, bem como monitorar a implementação da lei e dos planos de desenvolvimento, e por outro lado exercer acções que contribuam para uma gestão racional, responsável, sustentável e transparente do bem público, de forma que haja uma distribuição equilibrada e equitativa dos recursos, com justiça social, económica e ambiental.

Nesta perspectiva, a KUWUKA JDA, como uma das forças vivas da sociedade, procura estar na frente da vanguarda, na busca de soluções, através da transformação dos desafios em oportunidades de desenvolvimento, desecadeando acções e intervenções para despertar a consciência e cidadania, com vista a uma participação activa e efectiva do cidadão no debate, para uma boa governação. Para o efeito a KUWUKA JDA, tem levado acções de capacitação, fortalecimento e empoderamento dos cidadãos, e particularmente as comunidades locais afectadas pela actividade extractivas, bem como a disseminação de boas práticas e advocaia para a implementação da legislação e das estratégia que visem o bem estar, social, económico e ambiental, para o desenvolvimento sustentável.

Estrategicamente, a KUWUKA JDA acredita que os desafios só podem ser ultrapassados, através de um trabalho coordenado, harmonizado e contribuição de todos os sectores da sociedade; para o efeito, a KUWUKA JDA tem estado a trabalhar e a colaborar com os diferentes intervenientes, desde o governo, parlamentares, sector privado, sociedade civil, parceiros internacionais, organizações comunitárias de base e grupos comunitários de interesse. Na sua abordagem, a KUWUKA JDA procura trabalhar com os parceiros, razão pela é membro de diferentes plataformas e coligações nacionais, regionais e internacionais de organizações da sociedade civil, onde se destaca como uns dos catalizadores nas diferentes iniciativas que faz parte, entre elas, a Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Industria Extractiva, a coligação Publique O Que Paga (Publish What You Pay), a Plataforma da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas, o Fórum da Sociedade Civil para área Marinha e Pesqueira, entre outras. Catalizamos também o surgimento de plataformas distritais de Matutine e de Ka Maxakeni e na provincia de Tete do Grupo Temático para Recursos Naturais e Industria Extractiva das organizações da sociedade civil e os Fóruns comunitários de Monitoria dos Impactos da Industria Extractiva respectivamente.

A nossa missão é continuar a trabalhar, para que a sociedade desperte em cada manhã, em cada dia, e de mãos dadas lutar para o ben estar, social e ambiental.

## 1. INTRODUÇÃO

A KUWUKA JDA Juventude Desenvolvimento e Advocacia Ambiental é uma organização moçambicana da sociedade civil que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável integrado, e governação participativa dos recursos naturais, através da promoção de acções de capacitação e fortalecimento da sociedade para uma activa participação nos processos de tomada de decisão, através de reflexão e busca de metodologias, estratégias e soluções sustentáveis face aos desafios presentes e futuros, transformando-os em oportunidades de desenvolvimento para o bem-estar social, económico e ambiental.

Para a persecução dos seus objectivos nos últimos cinco anos a KUWUKA JDA guiou-se pelo Plano Estratégico 2010-2014, que no entanto transitou para 2015, em virtude de apenas em meados do ano 2015 ter se iniciado a elaboração do novo plano estratégico para 2016-2020, tendo servido também de um ano transitório, as actividades aqui reportadas ainda inserem ainda nos objectivos estratégicos do Plano Estratégico 2010-2014.

**Objectivo Estratégico 2010-2014:** Promover o desenvolvimento comunitário integrado economicamente e socialmente sustentável, através da governação participativa para a gestão sustentável da terra e dos recursos naturais, boa governação, advocacia ambiental, económica e social e capacitação institucional.

**Visão:** Sociedade participando no processo de desenvolvimento sustentável e integrado com equidade social, económica, ambiental, boa governação e gestão racional dos recursos naturais.

**Missão:** Contribuir para o desenvolvimento sustentável e ambientalmente equilibrado, promovendo capacitação, estudos e advocacia para governação participativa na gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento.

As actividades desenvolvidas centram-se nos quatro pilares programáticos, nomeadamente:

**Governação Participativa dos Recursos Naturais** - visando a promoção da participação pública de uma sociedade informada na governação dos recursos naturais e extractivos, para o desenvolvimento sustentável, respeitando os direitos e deveres dos cidadãos a vários domínios e níveis, destacando-se as acções de fortalecimento de capacidades dos cidadãos por via organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base, líderes locais e comunitários, decisores públicos e comunidade académica, no domínio do quadro legal sobre recursos naturais e extractivos, incluindo a ITIE.

**Desenvolvimento Comunitário e Educação Ambiental** – visando a participação activa das comunidades locais e respeito pelos seus direitos a terra e recursos naturais de que dependem para seus meios de vida, incluem-se acções de educação ambiental, saúde pública, gestão comunitária dos recursos naturais, conservação ambiental.

**Estudos e Pesquisa** - com vista a documentar e analisar evidências e recomendar boas práticas. Os estudos servem de ferramenta para compreender as dinâmicas locais e orientam o

desenho de acções e intervenções programáticas, e também servem de base para a documentação de evidências para uma advocacia baseada em evidências.

Importa frisar que em finais de 2014 a KUWUKA JDA foi alvo de uma estudo avaliação de capacidades institucionais, incluindo aspectos ligados a governação interna, gestão programática e financeira. Por isso 2015, constituiu um ano de transição estratégica, rumo a elaboração do plano estratégico 2016-2010 e a estratégia de advocacia para o mesmo período, orientados pelos resultados da avaliação de capacidades institucionais.

**Advocacia e Lobby** - com vista a uma participação da sociedade na monitoria de políticas e influenciar processos de tomada de decisão, demandando o respeito e aplicação correcta de políticas, legislação e programas de desenvolvimento.

## **2. RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2015**

Seguidamente descreve, os programas/projectos implementados de acordo com os respectivos pilares programáticos, onde se destaca o pilar de governação participativa dos recursos naturais, com mais projectos/programas implementados ao longo do ano 2015.

### **2.1. PILAR GOVERNAÇÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS NATURAIS**

#### **2.1.1. Fortalecimento da Sociedade Civil para a Participação Activa na Promoção da Boa governação dos Recursos Extractivos em Moçambique**

Implementado em parceria com a Engenharia Sem Fronteiras (ESF) e financiado pela Agencia Espanhola para Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), o projecto visava fortalecer a sociedade civil, através de redes, para melhorar a governação dos recursos extractivos e minimizar o impacto negativo social e ambiental nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete e Inhambane.

Neste contexto foram mapeadas organizações da sociedade civil que trabalham no contexto dos direitos das comunidades e recursos naturais de Cabo Delgado, Nampula e Tete. Foram também realizadas visitas a algumas comunidades afectadas pela actividade mineira, com o objectivo de identificar as comunidades a serem contempladas na fase de implementação do projecto, tendo em conta os impactos da actividade mineira sobre as comunidades e a violação dos seus direitos. Todavia por motivos de diferenças de percepção metodológica entre a KUWUKA JDA e a ESF o projecto foi descontinuado, tendo culminado com finalização da parceria iniciada em 2012 entre as duas organizações.

#### **2.1.2. Investimentos na Extração de Recursos Naturais e Direitos das Comunidades em Cabo Delgado - Fase de Incepção**

Implementado em parceria e financiado pela CARE Moçambique, o projecto visava explorar a dinâmica da sociedade Civil de Cabo Delgado, e especificamente do Grupo de Trabalho para Recursos Naturais e Ambiente (GTRNA) em Pemba, para identificar e discutir estratégias de intervenção para o apoio às comunidades afectadas pela extração mineira identificadas, e o fortalecimento institucional da KUWUKA JDA.

Neste contexto, foi feita a análise situacional do GTRNA, cujos resultados mostram que os constrangimentos (pontos fracos e desafios), pontos fortes e oportunidades do GTRNA verificam-se ao nível de governação interna, onde os membros indicaram a falta da rotatividade do secretariado e um deficiente funcionamento dos órgãos sociais do FOCADE (Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado); falta de documentos de

orientação estratégica (Termos de Referência, código de conduta) e documentos operacionais (planos e orçamentos anuais).

Desta forma, o projecto identificou a necessidade de apoiar o GTRNA a trabalhar para melhorar os processos de governação interna e da estratégia de actuação, bem como a identificação da organização hospedeira no contexto de rotatividade do secretariado

No que diz respeito a situação de governação participativa dos recursos naturais com ênfase nos mecanismos de participação, ficou claro que os mecanismos instituídos de participação comunitária, como Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN), Conselhos Consultivos Locais (CCL), e Conselhos de Desenvolvimento Comunitários (CDC) não estão a participar de forma efectiva, e também não estão a ser usados, pelos órgãos do Estado. Identificou-se a necessidade de capacitação e acompanhamento dos grupos comunitários.

Quanto ao desenvolvimento das capacidades institucional e organizacional da KUWUKA JDA, foi iniciada a discussão sobre a necessidade ou não de revisão dos Estatutos da KUWUKA JDA de acordo com a proposta da consultoria da avaliação de capacidades institucionais, sobretudo no que diz respeito às competências dos diferentes órgãos sociais. Ainda no contexto de desenvolvimento de capacidades, num trabalho conjunto entre a KUWUKA JDA e a CARE Moçambique, foi contratado um oficial de advocacia e comunicação e dois consultores para elaboração do Plano Estratégico 2016-2020 e a Estratégia de Advocacia da Organização respectivamente. As duas consultorias transitaram para o ano seguinte.

### **2.1.3. Treinamento das comunidades para monitoria do Impacto da Indústria Extractiva em Tete**

O projecto visava, capacitar as comunidades locais afectadas pela mineração, para conhecerem seus direitos e defendê-los através da capacitação e estabelecimento de fóruns comunitários para a monitoria dos impactos da mineração e advogar pelos seus direitos, incluindo a monitoria da alocação e utilização das receitas que revertem a favor das comunidades nas áreas afectadas para o desenvolvimento local. Foram beneficiárias comunidades dos distritos de Moatize, Marara, Cahora-Bassa, Macanga e Chiúta, num total de 24 comunidades nos quatro distritos.

No âmbito do projecto, foi estabelecido o Grupo Temático de Recursos Naturais e Indústria Extractiva de Tete (GTRNIE - T), composto por 10 organizações da sociedade civil baseadas em Tete, nomeadamente: Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Associação de Mulheres Paralegais de Tete, União Provincial de Camponeses de Tete (UPCT), KUWUKA JDA, KUBECERA, Liga dos Direitos Humanos (LDH), Agência de Desenvolvimento Local de Tete (ADELT), Visão Mundial e Associação para Sanidade Ambiental (ASA). O GTRNIE - T é um fórum de partilha de informação, troca de experiência, aprendizagem mútua, coordenação e harmonização de metodologias de trabalho e colaboração entre as organizações.

Foram capacitadas as comunidades que culminaram com o estabelecimento de 4 fóruns comunitários, que beneficiaram de máquinas fotográficas e telefones celulares para

registarem evidências de violações que possam ser usadas para advocacia. Adicionalmente, dois fóruns comunitários nomeadamente de Mualadzi e Capanga, receberam apoio em um computador, modem, e impressora, para além de mesa para reuniões e cadeiras, onde os fóruns possam se reunir. Foi ainda reabilitada a sede do Fórum comunitário de Capanga.

O projecto, trouxe como uma mais valia a coordenação de actividades entre organizações da sociedade civil em Tete que trabalham na mesma área geográfica e temática, incluindo a realização de actividades de forma harmonizada e apoio as comunidades locais. Este projecto beneficiou as 10 organizações do GTRNE-T e cerca de 60 activistas comunitários treinados.

#### **2.1.4. Engajamento da Sociedade Civil na Indústria Extractiva em Nampula**

O projecto tinha como objectivo capacitar a Sociedade Civil a vários níveis para que esta se possa engajar activamente nos processos de exploração dos recursos extractivos. Financiado pela Embaixada da Noroega, através da WWF-Moçambique.

As capacitações foram realizados nos distritos de Moma e Angoche, e sobre Direitos das Comunidades, Reassentamentos, Participação e Consultas Públicas, para melhorar o nível de conhecimento, bem como identificar e discutir os desafios, oportunidades e impactos no desenvolvimento local, fortalecer a sociedade civil e fortalecer as capacidades dos membros das plataformas em advocacia sobre os direitos das comunidades, recolha e uso da informação para evidências para o exercicio de advocacia bem como nas negociações nos espaços de tomada de decisão. Frisar o projecto foi implementado em colaboração com as plataformas distritais de Angoche e Moma, e a Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula através da Rede Temática da Agricultura e Recursos Naturais.

Foram igualmente realizadas três sessões de treinamento de réplica para quatro comunidades afectadas pela KENMAREE em Larde, levado a cabo pela plataforma distrital de Moma e Larde, com apoio técnico e logístico da AENA e KUWUKA JDA como resultado dos treinamentos da KUWUKA JDA para a plataforma distrital de Moma e Larde.

O projecto beneficiou 151 pessoas, sendo 31 membros das plataformas distritais de Moma/Larde e Angoche e 120 membros das comunidades locais afectadas em Larde.

#### **2.1.5. Disseminação da Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva (ITIE)**

A ITIE é uma iniciativa tripartida entre o governo, sociedade civil e as empresas extractivas, liderada pelo governo, que visa promover a transparência e prestação de contas no sector extractivo, através de publicação anula de relatórios que contem informação sobre pagamentos que as empresas extractiva efectuam ao governo e os recebimentos dos governos pagos pelas empresas extractivas, incluindo toda a cadeia de exploração e governação dos recursos extractivos, desde o quadro legal até ao contextual e a sua contribuição na economia. Financiado pelo Banco Mundial, O projecto foi implementado nas provincias de Cabo Delgado, Nampula e Tete, com os seguintes objectivos: i) Alargar o envolvimento da sociedade civil e sua diversidade no processo e ITIE, através da capacitação das OSC nas



províncias para um envolvimento activo e que o processo da ITIE seja mais inclusivo; ii) Contribuir para o melhoramento da interacção das redes das OSC, através da capacitação e disseminação de informação entre a sociedade civil, em três províncias de maior incidência da indústria extractiva; e iii) Promover o papel da sociedade civil na demanda para boa governação e transparência na indústria extractiva.

Para além das capacitações aos membros da sociedade civil, funcionários públicos e das empresas mineiras, foram realizadas palestras em instituições do ensino superior na cidade de Pemba e Maputo, e também produzidos programas radiofónicos educativos com mensagens sobre a ITIE, para além de produção de folhetos sobre a mesma matéria.

Mais de 200 estudantes universitários beneficiaram das palestras, e cerca de 100 membros da sociedade civil, funcionários públicos e das empresas mineiras e um público ouvinte dos programas radiofónicos avaliado em mais de três milhões.

## **2.2. PILAR DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

### **2.2.1 Emponderamento das Comunidades para a Gestão Sustentável dos Recursos Florestais em Manhangane**

Financiado pela WWF Estados Unidos, através do programa Conservation Grant Workshops, o projecto tinha como objectivo capacitar as comunidades para gestão sustentável de recursos florestais em Manhangane, Posto Administrativo de Catuane, distrito de Matutuíne.

Como resultado, foi o estabelecimento e treinamento do fórum dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais de Manhangane que coordena as actividades de sensibilização comunitária. O fórum é constituído por sete comités comunitários de gestão dos recursos naturais de 7 comunidades respectivamente, que fazem a sensibilização e educação ambiental comunitária, para o uso racional dos recursos florestais, incluindo o combate às queimadas descontroladas. Neste contexto, foi produzido um manual de treinamento dos activistas comunitários sobre o manejo sustentável dos recursos florestais e participação comunitária.

### **2.2.2. Apoio ao Bairro de Maxaquene “A” através da criação de um sistema de difusão comunitária e o Fortalecimento da Plataforma de OCB’s”**

Implementado em parceria com a Engunharia Sem Fronteiras e a Plataforma para o Desenvolvimento de Maxaquene A, e com o financiamento do Municipio de Barcelona, o projecto visava (i) estabelecer uma Rádio Comunitária no bairro de Maxaquene A e expandir o trabalho sobre o direito à habitação para outros bairros do Distrito Municipal Ka Maxakeni; (ii) fortalecimento da Plataforma para o Desenvolvimento de Maxaquene A e (iii) fortalecer as comunidades locais para defesa do direito à habitação dos afectados pelo plano urbanístico do bairro de Maxaquene A, dotando membros da plataforma do bairro de conhecimento jurídico e técnico.

Como resultados, foram melhorados os mecanismos de difusão para a promoção dos direitos, a cidadania, a cultura, a saúde e a educação e sensibilização ambiental através da criação da Rádio Maxaquene. O espaço para funcionamento da rádio foi cedido pela Direcção Distrital de Educação e Cultura Ka Maxakeni. A frequência para a emissão foi emprestada pela Montana FM em virtude de não ter se conseguido uma frequência própria, a justificativa das entidades competentes é que a cidade de Maputo, já não tem frequências livres.

Foram treinados 21 voluntários para formarem a equipe da Rádio Maxaquene; destes 16 voluntários constituem a equipe de locutores, repórteres e sonorizadores; enquanto os restantes constituem a equipe de gestão técnica (área comercial, produção e operacional).

No que diz respeito ao fortalecimento da plataforma para o desenvolvimento de Maxaquene A. Foi incrementado o número de organizações que fazem parte da mesma, passando de 6 organizações para 9 organizações e eleitas as organizações para o secretariado, nomeadamente a AHITIPALUXENE e a KUHANAKANHA. Foram produzidos documentos de funcionamento da plataforma, nomeadamente: código de conduta e actualização dos Termos de Referência. A plataforma tem estado a realizar jornadas mensais de limpeza de no Bairro de Maxaquene A em parceria com a secretaria do Bairro cujo material de limpeza foi doado pelo MITADER (Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural através da Direcção Nacional do Ambiente.

Ainda foram capacitados activistas de Saúde Sexual e Reprodutiva, desenhado um projecto denominado “Empoderamento Económico e Social da Mulher e Rapariga no Distrito Municipal Ka Maxakeni Através da Participação dos Diversos Colectivos Comunitários Representativos” cuja implementação é feita por dois membros da plataforma, nomeadamente AHITIPALUXENE e ASSODEMA; os activistas realizam palestras e caravanas da Justiça no Bairro de Maxaquene A e Polana Caniço B, em parceria com a Ordem dos Advogados de Moçambique.

Produzido um video de curta duração (5 minutos) abordando a problemática da habitação no Bairro de Maxaquene A, que teve como actores membros da Plataforma para o desenvolvimento de Maxaquene A e o secretário do Bairro de Maxaquene A.

### **2.3. PILAR ADVOCACIA E LOBBY**

A KUWUKA JDA tem participado em vários fóruns da sociedade civil, que constituem espaços de interação, troca de experiência, troca de informação, aprendizagem e concertação de ações de advocacia coordenada e colectiva. Neste contexto, a KUWUKA JDA é membro fundador, dos grupos de coordenação e temáticos dos seguintes fóruns ou plataformas:

### **2.3.1. Fórum das Organizações da Sociedade Civil para área Marinha e Costeira**

Fundado em 2013, a KUWUKA JDA é um dos membros fundadores e representou o Fórum na VI Reunião Regional para Gestão Sustentável do Atum em Mombassa. O Fórum ainda realizou um levantamento das OSC que trabalham na área Marinha e Costeira em Moçambique para estabelecer uma base de dados, para além de um exercício da análise FOFA na área Marinha e Costeira. O Fórum ainda realizou um estudo de base sobre a pesca artesanal do Atum em Nampula (Pebane Moma e Larde), e em Dezembro a sua reunião nacional, onde foram debatidos os seguintes temas: estado de conservação das tartarugas marinhas em Moçambique; estado de conservação dos tubarões e raias; estado de exploração dos recursos pesqueiros e pescaria do Atum. Nesta plataforma a KUWUKA JDA é representada pela Sra. Gilda Homo.

### **2.3.2. Plataforma Nacional de OSC para Mudanças Climáticas**

Fundada em 2011, com o objetivo de promover a coordenação entre as organizações da sociedade civil (OSC) com intervenções na área do ambiente, visa especificamente (i) facilitar o acesso e partilha de informações sobre as mudanças climáticas entre os membros; (ii) pressionar os actores chaves como governo e sector privado na identificação dos principais desafios na área das mudanças climáticas e contribuir com soluções; (iii) criar espaços e oportunidades de diálogo e coordenação entre a sociedade civil, governo, sector privado e organizações comunitárias de base sobre temas ligados a mudanças climáticas no contexto de desenvolvimento local, nacional, regional e global no quadro das convenções sobre o clima; e (iv) monitorar processos, práticas e políticas ligadas a mudanças climáticas e advogar para melhorar a fiscalização do processo de implementação das políticas.

Entre várias acções a KUWUKA JDA envolveu-se na actualização dos Termos de Referência, elaboração do Código de Conduta e da ficha de adesão para os membros; discussão e criação do logotipo, e preparação no primeiro workshop nacional da plataforma. Nesta Plataforma a KUWUKA JDA é representada pela Sra. Tânia Libanze.

### **2.3.3. Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Industria Extractiva**

A KUWUKA JDA é membro fundadora desta plataforma e está no grupo de coordenação da mesma, e através da plataforma é coordenador do Publish What You Pay (Publique O Que Pagas), como grupo de trabalho. A KUWUKA JDA em parceria com o Centro de Integridade Pública e o Conselho Cristão de Moçambique, foram os organizadores da primeira conferencia da sociedade civil sobre a industria extractiva em Moçambique, onde foram debatidos temas ligados aos desafios da industria extractiva em Moçambique, incluindo os impactos sobre as comunidades locais, a fiscalidade, os reassentamentos entre outros temas. Adicionalmente a KUWUKA JDA foi parte da organização da Assembleia Geral da Plataforma, e coordenou o debate sobre estabelecimento de grupos temáticos. A KUWUKA JDA participa no grupo de trabalho de elaboração do plano de trabalho da plataforma. Nesta plataforma a KUWUKA JDA é representada pelo Sr. Camilo Nhancale.

#### **2.3.4. Comité de Coordenação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE)**

A KUWUKA JDA é membro do comité de coordenação da ITIE em representação da sociedade civil da Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva. Na sua capacidade, a KUWUKA JDA tem participado anualmente na discussão e elaboração dos termos de referência para as empresas de consultoria que são contratados para elaborar os relatórios de ITIE anualmente. A KUWUKA JDA participou na elaboração do plano de trabalho 2015-2018 do comité de coordenação. Como membro do comité de coordenação, a KUWUKA JDA participou na disseminação da ITIE em colaboração com o secretariado na província de Nampula. A KUWUKA JDA é representada pelo Sr. Camilo Nhancale e tem como alternativo a Sra. Gilda Homo.

#### **2.3.5. Posicionamento da Sociedade Civil sobre o Novo Acordo Climático**

Através da Plataforma da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas, a KUWUKA JDA participou na elaboração do posicionamento da plataforma em relação ao novo acordo climático, resultado da 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro da Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizado em Paris em Dezembro de 2015.

#### **2.3.6. Participação na Conferência das Partes 21, Paris, França e Marcha**

Em representação da Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas, a KUWUKA JDA e mais duas organizações (Livamingo e Justiça Ambiental), participou na COP 21 (Conferência das partes), em Paris representada pela Sra. Tânia Libaze. Foram acompanhadas negociações entre os países membros da convenção, para além de ter participado em palestras organizadas pelas diferentes organizações da sociedade civil. No final as organizações da sociedade civil organizaram uma marcha manifestando a sua insatisfação quanto aos resultados do novo acordo climático, exigindo que a subida da temperatura global não deveria ser acima 1.5 graus célcus.

#### **2.3.7. Contratação do Oficial de Advocacia e Comunicação**

Com o apoio financeiro e técnico da CARE Moçambique, foi contratado em Outubro de 2015, o Oficial de Advocacia e Comunicação, para dinamizar a área de advocacia e comunicação, incluindo o acompanhamento da elaboração da Estratégia de Advocacia.

Neste contexto, o oficial iniciou o desenho do layout do Boletim Informativo Wuka Mòçambique, que foi aprovado pelo conselho de direcção em Dezembro de 2015, para divulgação das actividades da organização. O oficial de advocacia e comunicação, também gere a página Facebook, twitter de forma a tornar a melhorar a visibilidade da KUWUKA JDA.

## **PILAR ESTUDOS E PESQUISA**

A KUWUKA JDA participou na pesquisa conjunta levada a cabo pela Plataforma da Sociedade Civil sobre Mudanças Climáticas, denominada “Testando Princípios Comuns de Adaptação às Mudanças Climáticas em Moçambique”, incluindo o workshop de lançamento do estudo e o de partilha de resultados preliminares.

### **2.4. CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL**

Os técnicos da KUWUKA JDA têm estado a beneficiar de formações/capacitações com vista a melhorar o seu conhecimento e desempenho profissional. Neste contexto a oficial de projectos Gilda Homo, beneficiou em Fevereiro de 2015 de um treinamento em Cape Town, África do Sul, sobre Líderes Emergentes para a Mineração (Emerging leader for Mining), pela International Mining for Development Centre da Austrália em parceria com a University of Western Australia.

Em Outubro de 2015 a oficial de projectos Gilda Homo e o oficial de Advocacia e Comunicação Benjamim Mabochana, beneficiaram de um treinamento sobre Monitoria e avaliação de projectos de advocacia, usando a ferramenta “Outcome Mapping” (mapeamento de resultados) organizado pela CARE Moçambique.

Em Março de 2015, o Sr. Camilo Nhancale beneficiou de uma capacitação sobre habilidades de Negociação de Minerais (Minerals Negotiation Skills), em Addis Abeba, Ministrado pela University of Western Australia e International Mining for Development Centre.

Adicionalmente, no contexto de capacitação institucional, com o apoio financeiro e colaboração da CARE Moçambique, foram contratados dois consultores, um para a elaboração do Plano Estratégico 2016-2020, e a Estratégia de Advocacia, respectivamente. Para o efeito, foram realizadas as primeiras discussões com os consultores e estes apresentados o escopo dos seus trabalhos.

### **2.5. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS RELEVANTES**

#### **2.5.1. 3º Fórum Maputoland Pondoland Albany Hotspot, Durban, África do Sul**

A KUWUKA JDA participou no terceiro e último Fórum, Maputoland Pondoland Albany Hotspot (MPAH) em Durban na África do Sul, representado por Tânia Libanze e Camilo Nhancale. Participaram organizações de Moçambique, África do Sul e Swazilândia, que receberam o financiamento da Critical Ecosystem Partnership fund (CEPF), gerido pela

Conservation International. O fórum tinha como objectivos: ( i) expôr os êxitos alcançados pelos beneficiários do projecto na região; (ii) avaliar o investimento do CEPF; ( iii) celebrar a relação desenvolvida e parcerias estabelecidas no âmbito do CEPF; e iv) explorar oportunidades para sustentar os benefícios obtidos no terreno. Neste evento participaram a Sra Tânia Libanze e o Sr. Camilo Nhancale.

### **2.5.2. Mineração Alternativa Indaba, Cape Town**

A Alternative Mining Indaba, é um encontro paralelo ao Mining Indaba, que tem lugar anualmente na cidade de Cabo, organizado pela sociedade civil, juntando várias organizações da sociedade civil, organizações baseadas na fé, instituições de pesquisa, mídia, coligações e redes, sindicatos e organizações comunitárias de base. O Alternative Mining Indaba junta vozes que clamam por uma justiça social na exploração dos recursos naturais e extractivos. O alternative Mining Indaba de 2015 contou com cerca de 300 participantes, sob o lema: “Fazendo com que os Recursos Naturais funcionem para as pessoas”. Foram temas de debate: (i) *impostos e fluxo ilícito de capitais* - apelando para que os governos africanos envidem esforços para combater a fuga de capitais em África resultantes da exploração dos recursos naturais; (ii) *transparência e prestação de contas* – para que a publicação dos relatórios das empresas extractivas seja de forma desagregada, incluindo a publicação de contractos, regimes fiscais e a propriedade efectiva (accionistas); (iii) *direitos ambientais e monitoria ambiental* - chama-se aos governos a apoiar as comunidades a fazer o rastreio e monitoria das actividades das multinacionais e mitigação dos impactos sociais, culturais e ambientais; (iv) *acesso a litigação e tribunais* - Os governos devem fortificar os sistemas judiciais e providenciar igual acesso para as comunidades locais; bem como providenciar recursos para as comissões dos direitos humanos, investigarem, monitorarem e tomem acções contra abusos dos direitos humanos no sector extractivo; (v) *mineração artesanal* - chama-se aos governos a não discriminar a mineração artesanal, de modo que os garimpeiros possam ser treinados, assegurando padrões de segurança; (vi) *mulheres e extração mineira* - chama-se atenção para que os governo assegurem a inclusão igual das mulheres em toda a cadeia da valores da extracção dos recursos; (vii) *mineração, saúde e trabalho* - que a mineração aceite sua responsabilidade na saúde e segurança dos mineiros e comunidades, compensando os que tiveram doenças ocupacionais tais como tuberculose, silicose entre outras. Que a União Africana harmonize os padrões, regulamentos, políticas e práticas relacionadas com saúde e segurança ocupacional.

### **2.5.3. Encontro Regional da África Oriental e Austral da Coligação PWYP**

Realizado em Fevereiro de 2015, para (1) discussão do processo de transição do secretariado internaciola do PWYP; (2) providenciar uma oportunidade para a troca de experiência entre os membros das coligações (3) definir e concordar nas modalidades de trabbalho entre as coligações e o coordenador regional para África oriental e Austral do PWYP, as coligações e

o grupo de coordenação, o grupo de coordenação global e o secretariado internacional, (4) formular e desenvolver iniciativas regionais conjuntas de advocia para 2015.

Partiparam membros dos sguintes países: Uganda, Zambia, Zimbabwe, Madagascar, incluindo países em vias de aderir, entre elas: Kenya, Malawi, Africa do Sul, Angola and Etiopia.

As coligações de cada um dos países, apresentou o seu relatório relativo ao ano transato, bem como o estágio das coligações. Seguiu-se a discussão do processo de transição do secretariado internacional, visto que a PWYP estava em processo de se tornar administrativamente e juridicamente independente e com registo no Reino Unido.

#### **2.5.4. Feira Ambiental 2015, Maputo**

A KUWUKA JDA, participou na 8ª Edição da Feira Ambiental e 4ª Exposição sobre Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos com o lema “Tecnologias Ambientais Rumo a uma Sociedade Agradável”. Um evento que contou com a participação de expositores de todo o país. Neste evento decorreram em simultâneo palestras relacionadas a temas ambientais e de gestão de resíduos sólidos urbanos.

#### **2.5.5. Operação Caco**

A operação Caco é uma iniciativa da associação NTUBULUKO e parceiros de onde a KUWUKA JDA é parte integrante da organização das campanhas de limpeza na cidade de Maputo. Neste contexto foram realizados em 2015 três campanhas de limpeza, nomeadamente: Opreação Caco Miradouro (com cerca de 1.000 participantes); Operação Caco Mafalala (com cerca de 8.000 participantes); e Operação Caco Catembe (com cerca de 20.000 participantes).